



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3093 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
AGOSTO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Arquitetos em movimento

Surgiu como resposta à degradação das condições laborais no setor. Hoje, prepara-se para formar um sindicato que defenda as reivindicações destes trabalhadores. Cristina Pinho, Diogo Silva e João Ferreira responderam à Voz do Operário sobre um movimento que cresce em todo o país. **págs. 8 e 9**

CIÊNCIA

O desafio do negacionismo

Nega-se o aquecimento global, que a Terra seja redonda, que as vacinas imunizem. Hoje, as opiniões contam mais do que os factos, uma boa história vale mais do que a ciência. À boleia das redes sociais,

crenças espirituais, teorias da conspiração e a religião do empreendedorismo são muitas vezes um cocktail perigoso que abre caminho à extrema-direita. **págs. 6 e 7**

A VOZ DO OPERÁRIO

Reportagem na Graça

Em julho, as crianças do Espaço Educativo da Graça visitaram o bairro e conversaram com a população para uma reportagem que agora se publica neste jornal. **pág. 5**



Números mostram proteção da vacina

A Direção-Geral da Saúde revelou que nas unidades de cuidados intensivos apenas 5% dos internados tinham a vacinação completa. Para além disso, apenas duas em cada 100 pessoas internadas com covid-19 entre 28 de junho e 4 de julho já estavam completamente vacinadas contra a doença, resultados que mostram a eficácia da imunização. **pág. 12**



Campanha polémica na Amadora

O PS volta a candidatar Carla Tavares para um último mandato. Já o PSD e o CDS-PP apostam em Suzana Garcia, figura que se popularizou na televisão pelo discurso de extrema-direita. A CDU lança o ex-presidente dos Bombeiros Voluntários da Amadora, António Borges, e o BE volta a candidatar Deolinda Martin. **pág. 11**



Cuba debaixo de assédio

Os protestos de julho em Cuba foram inéditos, alimentados por uma campanha mediática internacional que aproveitou o descontentamento com a pandemia e a escassez, fruto de 60 anos de bloqueio. Apesar da criação de várias vacinas, uma tempestade perfeita num país onde a vacinação não é célere por falta de seringas devido ao bloqueio. **pág. 14**

Chegam as férias mas a atividade prossegue

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Estamos em período de férias, mas a nossa atividade prossegue, apesar de ainda com algumas limitações devido à situação de pandemia, que felizmente parece começar a ceder. Vivemos ao longo do último ano e meio um período algo conturbado, com muitas incertezas, mas em que não é demais enaltecer a capacidade demonstrada pela A Voz do Operário, pelos seus trabalhadores, para que tenhamos dado a melhor resposta, dentro dos naturais condicionalismos.

Este ano de 2021 começou de uma forma muito limitativa da nossa atividade, com o pico da pandemia a fazer-se sentir no nosso país, com efeitos severos sobre a população, designadamente em termos de mortalidade, situação que seria muito pior não fora a resposta do Serviço Nacional de Saúde, apesar do desinvestimento que o mesmo sofreu devido à política de direita, mas ainda assim não deixou de ser o pilar determinante no conter de efeitos bem mais perniciosos. O reforço do investimento no Serviço Nacional de Saúde, é por isso um imperativo nacional.

Em janeiro tomaram posse os Órgãos Sociais d'A Voz do Operário para o mandato 2021-2024, cuja cerimónia se efetuou por videoconferência com a participação de muitos sócios e amigos.

A atividade letiva presencial, voltou a ser suspensa, mas tudo fizemos para que as nossas crianças, nos vários níveis de ensino, continuassem a ser acompanhadas, até que paulatinamente se foi retomando a frequência presencial, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Recorremos de novo ao layoff, garantindo sempre o pagamento na íntegra dos salários dos nossos trabalhadores.

Comemorámos o 138º aniversário d'A Voz do Operário, no próprio dia 13 de fevereiro numa sessão por videoconferência que contou com a participação de várias centenas de sócios e de trabalhadores da Instituição e depois em maio numa sessão solene já presencial, onde homenageámos a resistente antifascista Conceição Matos, em reconhecimento de uma vida inteiramente dedicada às causas dos trabalhadores e do povo português. Foi uma sessão muito participada, com o nosso Salão de Festas cheio de sócios e amigos e repleto de emoção,

carinho e fraternidade, numa cerimónia plena de significado. É uma grande honra termos Conceição Matos como Sócia Honorária d'A Voz do Operário.

Na área social, mantivemos em pleno as atividades de apoio domiciliário, reforçamos a atividade do nosso refeitório social, ao mesmo tempo que foi facultada refeição nas suas residências aos utentes do Centro de Convívio.

As atividades associativas foram naturalmente das mais afetadas pelos condicionalismos legais e sanitários, mas mesmo assim desenvolvemos algumas iniciativas, designadamente no nosso retiro o Beco de Lisboa, onde por altura dos santos populares, cumprindo todas as normas de segurança, tivemos sardinhas e outros petiscos típicos do verão alfacinha, num reservado espaço ao ar livre, que contou igualmente com a projeção em ecrã gigante de espetáculos e outros eventos.

Por proposta da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, A Voz do Operário foi agraciada pela Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, com o galardão de Reconhecimento e Mérito "por tudo o que tem feito ao longo dos anos, inclusivé durante o estado de emergência de 2020 e 2021 em que nunca parou as suas atividades, designadamente o fornecimento de alimentação e outros apoios aos mais desfavorecidos".

Neste período de férias, apesar dos constrangimentos sanitários, prosseguiram as nossas atividades, incluindo a ida organizada de crianças e jovens à praia e os serviços de alimentação e apoio prestados a Juntas de Freguesia de Lisboa.

Preparou-se o novo ano letivo, tendo as inscrições para todos os níveis: creche, pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo, registado apesar de tudo um bom volume, havendo várias valências esgotadas e com lista de espera.

Mesmo assim, ainda restam umas tantas vagas, pelo que todos os sócios e amigos que tenham crianças em condições de frequentar os nossos equipamentos devem contactar os serviços para averiguar da possibilidade da sua matrícula na A Voz do Operário.

Após mais um ano de muito trabalho, cá estão de novo as férias, bem merecidas por todos, fazendo votos de que para além de muito boas, sejam igualmente retemperadoras.

EDITORIAL

Defender a verdade como uma trincheira

A extrema-direita faz do negacionismo um cavalo de tróia. O ataque permanente à ciência não é uma novidade. A disseminação de informações falsas sobre a crise sanitária, entre outras, pretende cavalgar o legítimo descontentamento com a crise geral do capitalismo. Não são contra o sistema mas pretendem aparecer como tal. O fascismo não é anti-sistema, é a resposta violenta do sistema para atacar direitos sociais, económicos, políticos e culturais. A mentira tão pouco é invenção desta geração de ativistas do charlatanismo.

Há problemas graves. Também na resposta política à pandemia e na distribuição das vacinas. Mas não há dúvidas de que existe uma pandemia e de que as vacinas são um dos principais instrumentos para a combater. É com o reforço do Serviço Nacional de Saúde, com a valorização dos trabalhadores e com a diversificação das vacinas, sem cair na lógica das farmacêuticas, que se pode armar uma resposta eficaz. Por outro lado, faltam políticas para defender quem trabalha das consequências económicas da pandemia.

O distanciamento dos principais órgãos de comunicação social da realidade vivida pela esmagadora maioria da população alimentou a descrença nesses meios e ajudou a popularizar as redes sociais. É um distanciamento que também se repete em relação aos partidos que se alternam no poder e que o próprio sistema resolve apresentando propostas que aparentem ser uma alternativa sem o ser. Marinho e Pinto, Paulo Morais, João Cotrim de Figueiredo, Suzana Garcia ou André Ventura são produto deste sistema. Se não o fossem, não teriam horas e horas de permanente tempo de antena em televisões, rádios e jornais, meios que são propriedade de importantes bancos e empresas.

Mais do que opiniões, contam os factos. Lutar pela verdade é também defender a democracia. E este é um combate urgente.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDAÇÃO PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



A VOZ DO OPERÁRIO

Faça-se Sócio!

As vantagens de ser sócio:

A instituição A Voz do Operário criada, em Lisboa, há 138 anos, nunca renunciou aos objetivos e ideais dos então operários da indústria tabaqueira em luta pela igualdade e a justiça social. Hoje, com milhares

de sócios, ocupa um lugar insubstituível na cidade de Lisboa e na Margem Sul. Ser associado d'A Voz do Operário permite aceder a uma série de serviços mas, mais do que isso, permite ser parte integran-

te de uma associação centenária com um percurso já feito mas com um dever ainda por construir. Um futuro que pode ajudar a materializar através da participação neste coletivo.

JORNAL

Receba em casa a mais antiga publicação operária portuguesa. O jornal que deu origem à instituição e que nunca deixou de ser a voz dos trabalhadores com notícias sobre o país e o mundo com um olhar alternativo.



ENSINO

A Voz do Operário oferece serviços de berçário, creche e pré-escolar (nas escolas da Graça, Baixa da Banheira, Restelo, Ajuda, Laranjeiro e Lavradio) até ao 1.º e 2.º ciclo (na escola da Graça).



SERVIÇO DE PSICOLOGIA

Foi criado com o objetivo de permitir o acesso a consultas, avaliações e tratamentos em psicologia a pessoas com todo vários tipos de capacidade económica. É um serviço próximo da população, com horários flexíveis e preços adaptados aos rendimentos de cada um.



CENTRO DE CONVÍVIO

O Centro de Convívio d'A Voz do Operário, apoiado pelo Instituto da Segurança Social, funciona nos dias úteis entre as 14h e as 18h, contribuindo para o envelhecimento ativo dos seus sócios maiores de 55 anos. Esta resposta desenvolve junto dos seus utentes um leque alargado de actividades de acordo com os interesses e preferências dos que nelas participam. Atualmente condicionado pelas restrições.



APOIO DOMICILIÁRIO

A Voz do Operário dispõe de um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), apoiado pelo Instituto de Segurança Social, que procura auxiliar as pessoas em situação de dependência na satisfação das suas necessidades básicas.

Com já alguns anos de experiência, o SAD d'A Voz do Operário presta um conjunto de serviços – Alimentação, Higiene Pessoal, Higiene Habitacional, Tratamento de Roupas, entre outros – no domicílio habitual de vida dos utentes, promovendo a continuidade da sua autonomia e prevenindo o agravamento das suas situações de dependência.



CULTURA E DESPORTO

A oferta está disponível não só para os alunos das escolas da Graça, Ajuda e Restelo mas também para as comunidades envolventes. Inclui ballet, capoeira, karaté, judo, guitarra, animação, música tradicional, teatro, dança, expressão plástica, yoga, esgrima lusitana, guitarra, inglês, costura, futebol e prática de jogos de tabuleiro. A Voz do Operário pretende ainda reabrir a sua Biblioteca Social ao público tendo como base a preservação do seu espólio. O objectivo final é criar uma biblioteca dos movimentos sociais. Uma biblioteca para a história dos movimentos sociais permitirá reunir fontes e bibliografia em torno da história do movimento operário e de práticas associativas e em torno do mundo do trabalho. Também de fontes e bibliografia de movimentos e práticas de cooperação e mutualismo, para questões como a saúde, a educação, a alimentação e o lazer.



PROTOCOLOS

Os sócios d'A Voz do Operário têm ainda descontos na Farmácia Almeida Dias, Farmácia Morão e na Agência Funerária Domingos & Diniz.



JUNTE-SE A NÓS! A VOZ DOS TRABALHADORES E DAS POPULAÇÕES

Peça a ficha de inscrição. Mais informações: tel.: 218 862 155 / 918 619 102
Graça - Restelo - Ajuda - Laranjeiro - Lavradio - Baixa da Banheira

a Voz do Operário

Rua da Voz do Operario, 13, 1100-620 LISBOA



Prof. Ferreira de Macedo, fundador da Universidade Popular Portuguesa



O prof. Ferreira de Macedo [foto: Seara Nova].

Luís Carvalho, investigador

I

No dia 14 de Junho de 1947, um conjunto de 21 professores universitários foram demitidos dos seus postos de trabalho pelo governo de Salazar, acusados de apoiarem a oposição.

Um deles foi António Ferreira de Macedo, professor catedrático no Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Filho de um casal de comerciantes da vila de Mesão Frio, em Trás-os-Montes, estava com 60 anos de idade, numa vida dedicada à causa da educação.

II

Começou cedo. Ainda no seu tempo de estudante, o jovem Ferreira de Macedo esteve ligado à Liga de Educação Nacional. Veio depois a ser secretário-geral da Sociedade de Estudos Pedagógicos e presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática. Três diferentes movimentos colectivos com uma preocupação comum: difundir e melhorar o ensino entre a população portuguesa.

Ferreira de Macedo tinha também um percurso mais político. Foi um jovem republicano ainda no tempo da monarquia. Segundo contava, participou na grande greve estudantil de 1907 e na fundação da associação de estudantes da Escola Politécnica (que funcionava onde

hoje está instalado o Museu Nacional de História Natural e da Ciência).

Em 1921, Macedo foi um dos fundadores da revista *Seara Nova*. E, em 1945, participou na fundação do MUD (Movimento de Unidade Democrática), no qual assumiu responsabilidades a nível nacional, como secretário da “junta consultiva”, ao lado de Norton de Matos (presidente), e de António Sérgio (vice-presidente).

III

O contributo mais marcante de Ferreira de Macedo está ligado à história do movimento sindical: a Universidade Popular Portuguesa.

Foi um projecto de formação cultural especialmente direccionado para a classe operária. Para além de criar uma biblioteca, ao longo de três décadas organizou inúmeras conferências, bem como sessões comentadas de cinema e música. Tudo isto com a participação de muitos dos mais prestigiados intelectuais portugueses da época.

Começou por ser, em 1919, um projecto à escala do bairro de Campo de Ourique, em Lisboa. Foi aí que a Universidade Popular Portuguesa nasceu e teve a sua sede, na Cooperativa A Padaria do Povo. Desenvolveu-se depois para outras zonas da cidade, ao criar secções instaladas nas sedes de diferentes sindicatos: dos caixeiros, dos arsenalistas do exército, dos metalúrgicos e dos operários da construção civil. E chegou a Setúbal, onde funcionou na sede do sindicato dos trabalhadores do mar.

Em 1930, o secretário-geral da Universidade Popular Portuguesa era o anarco-sindicalista José Carlos de Sousa. Ele contou então que esta obra era “*devida a um feliz momento de inspiração de um nosso dedicado consócio que, nessa iniciativa se viu acompanhado por muitas pessoas que incondicionalmente lhe prestaram a sua coadjuvação. Esse consócio é o Dr. Ferreira de Macedo, cuja energia e fé nunca é demais encarecer. À sua firmeza e saber se deve a conservação e desenvolvimento do nosso instituto, visto que não se limitou apenas a ter a ideia e a efectivá-la, mas antes a amparou com a sua prodigiosa actividade, através de mil dificuldades em que outros soçobriariam, cheio de confiança no futuro da obra que tanto o empolgava. E, com efeito, a Universidade aí está honrando como sabe e pode o nome do seu fundador*” [O Rebate, 08/07/1930, p.2].

Inúmeros documentos e outros testemunhos confirmam este papel de Ferreira de Macedo como principal obreiro da Universidade Popular Portuguesa. Neste ano do centenário da revista *Seara Nova*, vale a pena ler, por exemplo, o que aí escreveram Alexandre Vieira e Luís Câmara Reis, aquando da morte de Ferreira de Macedo [*Seara Nova*, Outubro 1959, pp. 316 e 325].

Mas o seu contributo individual concretizou-se e foi potenciado no seio de um trabalho colectivo, em que avultaram também os contributos de José Carlos de Sousa e de Bento Jesus Caraça. E tudo isto assentou na organização da classe trabalhadora: uma cooperativa e pelo menos cinco sindicatos (do antigo movimento sindical livre que foi dissolvido pela ditadura, em 1933).

Assentou... e assenta ainda: esse trabalho colectivo é hoje continuado pela sociedade *A Voz do Operário*, que herdou e mantém a antiga biblioteca da Universidade Popular Portuguesa.

IV

O professor Ferreira de Macedo era sócio da *A Voz do Operário*. E teve aqui três intervenções que não devem ser esquecidas.

Em Janeiro de 1934, ele proferiu na *A Voz do Operário* uma conferência de cariz pedagógico, intitulada “As tarefas actuais de todos os professores-educadores”.

A revolta operária do 18 de Janeiro tinha sido esmagada há poucos dias. E na Alemanha, os nazis já estavam no poder fazia um ano. Ferreira de Macedo apontou então: “*atravessamos um dos momentos mais graves, se não o mais grave, da nossa civilização. Estamos nas vésperas duma nova grande guerra entre nações [...]; e vivemos ao mesmo tempo uma época de cruéis lutas sociais, dentro de cada nação*”. Perante este quadro, afirmou uma mensagem de esperança, com a sua “*fé sincera e entusiástica no valor da vida e no poder da educação*”. (*A Voz do Operário*, Junho 1934, p.3]

Já depois da derrota do fascismo na 2ª Guerra Mundial, em Novembro de 1945, Ferreira de Macedo vinha de novo proferir uma conferência na *A Voz do Operário*, dessa vez sobre “Cultura popular”. Mas já no próprio dia, esta conferência foi proibida.

Em Janeiro de 1949, Ferreira de Macedo subiu ao palco do salão da *A Voz do Operário* para dar a cara pela oposição à ditadura: aqui presidiu a um comício da campanha de Norton de Matos.

ESCOLAS



“As pessoas mais idosas sabem mais sobre o lugar onde estiveram durante mais tempo.”

Graça antes e agora

Nós, crianças d’A Voz do Operário, fizemos, durante esta semana, uma oficina de jornalismo. Escolhemos fazer uma reportagem da Graça, para que todas as pessoas que recebem o jornal conheçam melhor este bairro e os seus arredores.

Luna, Guilherme, Leonor, Beatriz, Inês, Vicente, Inaara, João e Mariana

O bairro da Graça é um bairro muito antigo e bonito. Antigamente, as pessoas da Graça que entrevistámos trabalhavam desde que eram crianças e, por isso, não iam à escola. Havia mais zonas verdes e incêndios, mais barracas e casas de madeira. Nos últimos anos, o bairro ficou mais rico e há mais turistas, mas a vida ficou mais cara. Agora, com a pandemia, há menos turistas, por isso há menos gente a andar de táxi, a comprar comida na frutaria, há menos vendas na Feira da Ladra e na papelaria em frente à escola Gil Vicente.

Falámos com os Bombeiros Sapadores da Graça. Quando não há incêndios, os bombeiros estão aquartelados e fazem turnos de 24 horas. O quartel de Sapadores tem mais de 600 anos e são profissionais. Antes, havia mais barracas e casas de madeira e zonas verdes e isso provocava mais incêndios. Havia incêndios praticamente todos os dias.

Para o papelero, as férias e a pandemia andam a dificultar as vendas. O que facilitava o seu negócio era a escola que está à frente da loja, a escola Gil Vicente. Omar, o papelero, anda a vender há um ano e meio, e antes vendia mais gomas, chupa-chupas, etc.

A feirante Filomena vende na feira da ladra há 20 anos. Gosta muito de vender na feira. Agora, com a pandemia, vende três vezes menos, mas acha que an-

tigamente vendia mais. Segundo ela, tudo começou porque, há alguns anos, a moeda era o Escudo e agora é o Euro. Antes vendia roupa nova e agora vende roupa usada.

O polícia José disse que os turistas antes eram mais roubados por causa dos furtos, só que já não acontece tanto porque já estão mais avisados. O crime que ele mais encontra é violência doméstica. Eles não prendem crianças. Ele dá muitas multas, principalmente a carros mal-estacionados.

A entrevistada Lídia disse-nos que, há 48 anos, quando ela tinha 23 anos, morava na Damaia e veio para a Graça. Antes, ela trabalhava desde os 7 anos em casa e a partir dos 10 passou a trabalhar numa peixaria. Não tinha direito ao estudo. Quando perguntámos se ela nota alguma diferença entre a Graça antes e agora, o que ela nos disse foi que na zona onde ela vive não há muita diferença, mas que no centro passou a haver muito mais turistas. Talvez até mais turistas do que portugueses. Agora, é tudo para inglês ver. Também nos falou sobre o orgulho e amor que tem nos seus filhos, porque acha que os ensinou a viver da melhor forma. Ela acha que os ensinamentos resultaram. Também porque tinha duas netas e acha que as crianças devem crescer bem, para se tornarem “os homens do amanhã”.

O homem da frutaria, o Mário, disse que o seu negócio não anda muito bem, porém não anda nada mal porque vende cerca de 3000 produtos por dia. O

homem da frutaria disse que trabalha há 29 anos na frutaria. Nunca vende às mesmas pessoas porque há muitos turistas e muita movimentação.

O taxista Mateus diz que antes havia mais turistas do que agora, o que facilitava o trabalho. Começou a conduzir táxis porque a reforma era muito baixa. Vive em Sapadores e acha que a grande diferença é que agora há muitas esplanadas e isso tira mobilidade.

Achamos que valeu a pena fazer a reportagem porque é sempre bom saber as razões das outras pessoas para alguma coisa e, em vez de tentar saber pensando sozinho, é mais fácil perguntar diretamente às pessoas e a informação sai mais verdadeira. Por causa disso, nós saímos à rua e fizemos uma reportagem coletiva. Nós priorizámos entrevistar as pessoas mais idosas porque elas sabem mais sobre o lugar onde estiveram durante mais tempo.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

CIÊNCIA



Último relatório do SIS dá conta de aproximação da extrema direita aos negacionistas da pandemia.

Negacionismo: quando a ciência é posta em xeque

Nega-se o aquecimento global, que a Terra seja redonda, que as vacinas imunizem. Hoje, as opiniões contam mais do que os factos, uma boa história vale mais do que a ciência. Crenças espirituais, teorias da conspiração e religião do empreendedorismo misturam-se num cocktail perigoso.

Bruno Amaral de Carvalho

Três homens percorrem as ruas da Venteira, na Amadora, a 29 de julho, com latas de spray e acabam detidos. Na manhã seguinte, a indignação da população é geral. As paredes dos prédios, contentores do lixo e até automóveis têm mensagens que questionam a pandemia e a vacina contra a covid-19.

A proliferação de informações falsas nas redes sociais e a organização de grupos negacionistas em relação à pandemia não é uma novidade. O último Relatório de Segurança Interna, os Serviços de Informações de Segurança (SIS) deu conta de uma aproximação entre grupos de extrema-direita e “movimentos sociais inorgânicos, designadamente os negacionistas da pande-

mia”. Os serviços de inteligência alertam no documento para os “riscos de radicalização violenta online de jovens portugueses, que poderão conduzir, nos próximos anos, ao agravamento” desta ameaça.

Como se pode ler no relatório, “nos extremismos políticos, apesar de a pandemia ter obrigado ao cancelamento de muitas das atividades tradicionais (reuniões, conferências, concertos), o confinamento imposto aumentou o tempo de exposição da sociedade em geral, e dos jovens em particular, aos meios online e abriu um leque de oportunidades para que os movimentos radicais de extrema-direita disseminassem conteúdos de propaganda e desinformação digital, com vista a aumentar as suas bases de apoio, galvanizar os sentimentos antissistema e a

reforçar a radicalização com base xenófoba, recorrendo ao discurso apelativo da violência e do ódio, num momento em que a sociedade portuguesa é, também, confrontada com fenómenos de polarização ideológica.

“Nunca vacinaria um filho meu”

“Vacinei-me, já posso ter 5G”, tem sido uma afirmação comum nas redes sociais. Para a maioria é uma anedota, para uma minoria é uma teoria real, entre as muitas versões quanto aos efeitos secundários ou “dissimulados” da vacinação. Um dos protagonistas desta batalha pela desinformação é João Tilly. O professor de matemática no agrupamento de escolas de Seia é presidente do Conselho Nacional do Chega e é também líder distrital de Viseu, cuja

estrutura foi, no dia 23 de julho, acusada de agredir um homossexual num café, junto à sede do partido de extrema-direita, segundo o Expresso. Com mais de 70 mil seguidores no Facebook e quase 48 mil no Youtube, João Tilly é conhecido por questionar o conhecimento científico adquirido ao longo de mais de ano e meio de pandemia. Usa expressões como o “negócio multimilionário das vacinas obrigatórias” e “lobby farmacêutico”, não porque conteste a mercantilização dos cuidados de saúde, mas porque pretende associar o seu negacionismo a uma estética anti-sistema. “Eu, com quase 57, apesar de nunca ter estado gravemente doente, aprendi pelo que vi – e se eu vi coisas! – que a medicina em Portugal, nomeadamente no SNS, para doentes “anónimos” é uma treta pegada, pouco mais

do que uma curandice. Por isso digo: NUNCA na minha vida – mas NUNCA MESMO – eu me vacinaria a mim ou vacinaria um filho meu, se voltasse a ter mais algum”, afirmou num ataque às vacinas em geral.

Há poucos dias, o dirigente de extrema-direita provocou um verdadeiro terramoto nas redes sociais ao anunciar que decidira vacinar-se contra a covid-19. Os argumentos que apresentou não convenceram centenas de seguidores desiludidos que insultaram a incoerência de João Tilly.

Já Kátia Aveiro, irmã de Cristiano Ronaldo, alegou que a pandemia era uma fraude e não se vacinou. Acabou internada com uma pneumonia como consequência da covid-19 e entrou em polémica com o jornalista Luís Osório que a acusou de não ter cuidado com o que dizia enquanto irmã de uma figura com uma influência tão grande.

Mas a descrença nas vacinas não é um fenómeno que surgiu com a pandemia. Em 1998, o movimento anti-vacinas cresceu quando o médico Andrew Wakefield publicou, na revista *The Lancet*, o artigo “MMR vaccination and autism”, que associava a vacinação contra o sarampo, papeira e rubéola ao síndrome do espectro autista. Só anos mais tarde, o estudo foi considerado fraudulento e o autor expulso da comunidade científica e proibido de exercer medicina.

Num estudo publicado em 2016, no *The Journal of the American Medical Association (JAMA)*, os médicos e investigadores da Universidade de Emory, em Atlanta, Estados Unidos, afirmavam que “uma parte substancial dos casos de sarampo nos Estados Unidos, na era posterior à sua eliminação, foram [de pessoas] não vacinadas intencionalmente”. A investigação teve em conta todos os dados sobre surtos de sarampo e de tosse convulsa naquele país desde 2000, a data em que aquelas duas doenças foram consideradas eliminadas. O número de casos de ambas as doenças aumentou sistematicamente até à publicação do estudo, “o que esteve associado ao fenómeno da recusa da vacinação”, reforçou a equipa coordenada por Saad Omer.

Em 2015, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que as vacinas evitam entre dois a três milhões de mortes por ano. Como não chegam a toda a população do mundo, dois milhões de pessoas morrem anualmente vítimas de patologias que poderiam ser evitadas através da imunização conferida pelas vacinas. Há vários estudos que apontam para a prevalência de comportamentos anti-vacina sobretudo entre as camadas médias e altas da população, com dinheiro e melhor

acesso a cuidados de saúde. Dados apresentados na obra *Medicina sem enganar*, de 2015, mostravam que alguns bairros da Califórnia tinham uma taxa de vacinação semelhante à do Sul do Sul. Os movimentos anti-vacinas aproveitam as redes sociais para disseminar mitos que exageram os efeitos secundários, manipulam os números para minimizar o grau de efetividade da imunização e defendem o “natural” contra o “químico”, num caldo de teorias da conspiração.

Em 2019, o conselho de ministros da Alemanha aprovou multas, que podem chegar aos 2500 euros, para os pais que decidam não vacinar os seus filhos em idade escolar contra o sarampo. No ano anterior, contabilizaram-se 543 casos de sarampo naquele país.

Um cocktail negacionista

Quando rebentaram as primeiras manifestações contra as medidas de proteção, em setembro de 2020, em Berlim, o panorama dos protestos era algo bizarro. “A pandemia é mentira”, “as máscaras não são necessárias” e “o que falta é amor e derrubar o governo” eram consignas que juntavam uma amálgama muito peculiar. Houve de tudo. Abraços coletivos, música tibetana, bandeiras nazis, rastafaris e cabeças rapadas, lado a lado com suásticas e bandeiras com as cores do arco-íris e o símbolo da paz.

A pandemia tem sido palco de todo o tipo de teorias da conspiração e a extrema-direita aproveita, perante tolerância de vários governos, para usar *fake news* como veículo para alimentar a descrença na ciência. Logo no começo da crise sanitária, Jair Bolsonaro, Donald Trump e Boris Johnson, entre outros, fizeram declarações políticas e tomaram decisões sem fundamentos científicos, legitimando este tipo de movimentos.

A crise do capitalismo, a descrença nas instituições e a proliferação de todo o tipo de religiões e movimentos espirituais propaga-se pelas redes sociais. Nos Estados Unidos, a QAnon defende que estrelas de Hollywood e políticos democratas como Tom Hanks e Hillary Clinton são satânicos que controlam o mundo. Para este grupo, Donald Trump é um enviado de Deus para derrotar esta conspiração e inaugurar a era do amor. Pode parecer uma teoria demasiado absurda para ser levada a sério mas a verdade é que o Congresso dos Estados Unidos levou o assunto a ser discutido pelos representantes.

Embora tenha passado meio século, o movimento *New Age* parece viver um revivalismo. As comunidades ocultistas e metafísicas que inauguravam uma ‘nova era de amor e luz através da



Há uma prevalência de ideias anti-vacinas entre camadas médias e altas da população.

transformação e cura interior` parecem ter ganho um novo fôlego com as redes sociais e com a descrença na ciência. Mas simultaneamente com a ‘religião do empreendedorismo e a crença no sucesso individual’. Com vários livros publicados sobre o *New Age*, o sociólogo Steve Bruce destacou que este movimento atraía, sobretudo, indivíduos bem sucedidos, instruídos e de classe média. A doutrina do sucesso individual contribui para a crença de que o seu êxito se dá através dos seus próprios esforços. Trata-se de uma espécie de religião de auto-ajuda que o sociólogo enquadrado na natureza individualista das sociedades modernas e que Paul Heelas, autor do ‘Movimento *New Age*: a celebração do eu e a sacralização da modernidade’, atribuiu também ao declínio das religiões tradicionais.

Agora, as redes sociais promovem youtubers que têm o protagonismo que nenhum cientista alguma vez teve e difundem qualquer tipo de “teoria” sem comprovação científica ou factualidade. Em setembro de 2019, a atriz Jessica Athayde anunciava, num documentário sobre a sua gravidez, que tinha decidido comer a placenta a seguir ao parto, como outras figuras públicas como Kim e Kourtney Kardashian, Chrissy Teigen e Hilary Duff. Todas alegaram tê-lo feito para prevenir uma depressão pós-parto. À MAGG, a obstetra Alexandri-

na Branco afirmou que não se opunha a que as mulheres tomassem essa decisão mas apenas pelo efeito placebo. “Algo que é inócuo, mas que traz benefícios para a pessoa, não é necessariamente mau. A pessoa mentaliza-se que está bem, sem necessidade de tratamentos mais agressivos como antidepressivos”, considerou. Contudo, segundo o mesmo meio, médicos apontam para o risco de infeção e contaminação pelas toxinas e hormonas que se acumulam na placenta durante a gestação e realçam que a eficácia destes processos no tratamento de doenças não foi ainda demonstrada. O *American Journal of Obstetrics & Gynecology* concluiu mesmo que ainda que haja um fascínio cada vez maior pela placenta “não existe nenhuma evidência científica dos benefícios clínicos da placentofagia humana”.

A disseminação dos valores do individualismo e da supremacia da opinião pessoal são o esteio da filosofia liberal. A liberdade individual acima de tudo, até da ciência, numa era em que houve até quem inventasse o conceito de pós-verdade, pode muitas vezes ser fonte de teorias inócuas mas, como mostram os dados da OMS há doenças que estão de volta porque houve quem deliberadamente não quisesse vacinar os seus próprios filhos em nome de crenças espirituais ou teorias da conspiração._____

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM ARQUITETURA

“Sindicato como resposta à necessidade de organização, solidariedade e luta consequente”

O Movimento dos Trabalhadores em Arquitetura surgiu como resposta à degradação das condições laborais no setor. Hoje, prepara-se para criar um sindicato que defenda as reivindicações destes trabalhadores. Cristina Pinho, Diogo Silva e João Ferreira responderam coletivamente à Voz do Operário sobre um movimento que cresce em todo o país.



Trabalhadores dependentes representam já cerca de 87% do conjunto total de trabalhadores em arquitectura.

Bruno Amaral de Carvalho

Como é que surgiu o Movimento dos Trabalhadores em Arquitetura (MTA)?

O MTA surgiu no Porto, após um debate com cerca de 30 trabalhadores em arquitetura que se realizou em Fevereiro de 2019 no Café Duas de Letra para discutir o acesso e exercício da profissão assim como os direitos dos trabalhadores no setor da arquitetura. Daqui, surgiu um grupo de discussão que apontou as razões que levaram à criação do movimento.

Depois de todas as dificuldades impostas pela última crise, quase metade dos arquitetos viu-se forçado à emigração ou ao desemprego. Esse contexto alterou-se posteriormente num setor que passou de níveis de de-

semprego na ordem dos 20% para uma situação de quase pleno emprego.

Contudo, a mais trabalho não corresponderam melhores condições laborais: permaneceram e potenciaram-se os vínculos precários, a rotatividade de estagiários, as horas extra frequentes e não remuneradas, assim como os baixos salários que não sofreram alterações significativas.

Tudo isto teve particular importância na criação do Movimento enquanto organização coletiva de trabalhadores no setor da arquitetura, assumindo desde o princípio que a criação de uma plataforma de natureza sindical seria condição imprescindível à transformação da nossa realidade laboral. Isto é, a convicção de que a atual realidade de trabalho e até da própria arquitetura não se transformará de forma efetiva a partir de ações particulares ou de apelos à consciência individual dos

arquitetos, mas antes através da organização coletiva e da ação concertada.

Esses são os vossos principais objetivos?

Assumimos no nosso manifesto, aprovado em Assembleia, que os objetivos do MTA passam pela organização dos trabalhadores em arquitetura com a finalidade de garantir o cumprimento da lei, a formação dos trabalhadores e a valorização do seu trabalho através de ações concretas de reivindicação e do apoio na resolução de conflitos laborais.

Desde essa altura que apontamos a necessidade de criação de instrumentos de regulação das condições de trabalho como tabelas salariais ou contratos coletivos de trabalho, garantias de progressão de carreira que acompanhem as competências e responsabilidades dos

trabalhadores e reforço da formação contínua que permita o desenvolvimento das suas qualificações e materialização das suas expectativas.

Para a concretização destes objetivos, a questão central seria a da construção de uma plataforma de representação, proteção e defesa de todos os trabalhadores e restava portanto a definição do seu modelo. Com o crescimento substancial do movimento nos últimos dois anos, e com a concretização de frentes de trabalho que procuram responder a esses objetivos apontados, tornou-se evidente para nós que a plataforma necessária seria um sindicato.

E os trabalhadores desta área sentem a necessidade de um sindicato?

De forma geral os trabalhadores em arquitectura conhecem há muito tempo promessas e proclamações incoerentes em torno da defesa de uma prática com responsabilidade social, mas só reconhecem a irresponsabilidade de instituições que os deviam proteger e de empregadores que não garantem dignidade nem respeito pelo seu trabalho.

Num sector altamente desagregado o trabalho do MTA foi tornando evidente a urgência da criação de um sindicato como a resposta possível e eficaz à necessidade de organização, solidariedade e luta consequente.

Esta conclusão tornou-se ainda mais óbvia quando concluímos recentemente, pelo inquérito que conduzimos ao sector, que os trabalhadores dependentes representam já no nosso país cerca de 87% do conjunto total de trabalhadores em arquitectura - 63% declaradamente assalariados e 24% falsos independentes. É nossa convicção que a força dessa presença nos locais de trabalho tem de resultar em capacidade reivindicativa e de transformação real das condições em que trabalhamos. Outro dado interessante a este respeito chegou-nos por Alfredo Campos, sociólogo e investigador no CES-Coimbra com quem conversamos no primeiro episódio do nosso podcast, e cujos resultados preliminares do inquérito à profissão de arquitecto que realizou no âmbito da sua investigação permitem concluir que cerca de dois terços dos arquitectos concorda bastante ou totalmente com a necessidade de uma organização sindical em arquitectura. Mas de uma forma mais concreta, acreditamos que a participação de cerca de duzentos trabalhadores na nossa última assembleia, ou a participação com o MTA de dezenas de trabalhadores nas manifestações do passado 1º de Maio, no Porto e pela primeira vez em Lisboa, provam que essa força existe e que a vontade de lhe dar consequência é amplamente partilhada.

Quem é que vai abranger?

O MTA, bem como o futuro sindicato, dirige-se a todos os trabalhadores do sector da arquitectura: arquitectos, arquitectos paisagistas, urbanistas, estejam estes inscritos ou não na sua ordem ou associação profissional, estagiários no decurso da sua formação, desenhadores, maquetistas, produtores de imagens 3D, orçamentistas e demais técnicos especialistas da área.

Entendemos que a valorização da profissão está intimamente ligada à valorização das condições laborais de todos os trabalhadores. E acreditamos que a nossa capacidade de transformação não decorre da qualificação profissional de uns ou de outros, mas antes da força coletiva que consigamos construir com aqueles com

quem partilhamos local de trabalho e com os quais temos capacidade de exigir aquilo a que temos direito.

Mas não deixa de ser curioso... Há quem queira passar a ideia de que os sindicatos são algo ultrapassado.

Estamos conscientes de que nas últimas décadas, o desenvolvimento das forças produtivas, dos instrumentos de regulação do trabalho e das próprias condições em que se desenvolve esse trabalho sofreram alterações substanciais que colocaram os sindicatos numa posição de enorme dificuldade e até mesmo de enfraquecimento de influência.

Como construir momentos de discussão coletiva sólidos perante uma progressiva desregulação de horários e dispersão de trabalhadores num tecido empresarial onde predominam as pequenas e micro-empresas (em arquitetura quase 70% dos locais de trabalho têm menos de 10 trabalhadores), como propôr instrumentos de regulação das condições de trabalho eficazes perante a restrição e até mesmo a supressão de instrumentos de proteção coletiva (como o princípio do tratamento mais favorável ou a caducidade dos contratos coletivos), como defender os nossos direitos num contexto em que abundam contratos a prazo, recibos verdes, períodos experimentais, proliferam falsos estágios, trabalho temporário e, agora mais recentemente, a chamada uberização do trabalho? Estamos conscientes que certamente terá sido e que continua a ser muito difícil para qualquer sindicato conseguir acompanhar a rapidez destas transformações e construir respostas eficazes a um contexto tão difícil. Certamente terá havido erros nesse processo de adaptação e de ajuste de respostas e métodos e essa é, desde as primeiras reuniões, uma preocupação nuclear das discussões levantadas pelo MTA.

Por isso, desde o início que desenvolvemos uma contínua investigação sobre que tipo de plataforma seria mais adequada para o nosso sector. Essa investigação aliada à experiência que temos ganho no acompanhamento de denúncias, de pedidos de esclarecimento, no apoio à resolução de conflitos entre trabalhadores e patrões; e ainda os testemunhos de dirigentes de várias organizações com quem temos marcado reuniões ou a quem temos feito “entrevistas” fomos entendendo, pela prática, que de facto a formalização de um sindicato é uma ferramenta essencial na defesa dos trabalhadores e de mudança do paradigma das relações de trabalho no sector.

Acham que a Ordem dos Arquitectos não responde às reivindicações do setor?

Ouvimos dirigentes da Ordem dos Arquitectos falar recorrentemente de honorários, de concursos, de direito à arquitetura mas em momento algum se fala de aumento de salários, do direito à estabilidade, ao descanso, ao lazer e a uma vida digna para quem trabalhe em arquitectura. E isto é para nós sintomático de um claro desfasamento das prioridades desses dirigentes face à da vastíssima maioria de quem produz arquitectura. Talvez por desconhecimento ou por desprezo dessa realidade largamente assalariada e precarizada do trabalho neste sector.

No entanto, a Ordem dos Arquitectos (OA), como todas as ordens profissionais, tem um conjunto muito bem definido de competências atribuídas pelo Estado. As Ordens são associações profissionais de direito

público assentes no objectivo de autorregulação das respetivas profissões e na defesa e salvaguarda do interesse público.

As Ordens Profissionais têm poder de ação exclusivamente junto dos seus inscritos. Podem e devem garantir que os seus associados cumprem o código deontológico e que cumprem a lei, cabe-lhes o controlo do acesso e do exercício da profissão mas está-lhes, contudo, vedado o desempenho de funções sindicais pelo risco de corporativização que tal intersecção de competências implicaria. O mesmo acontece com outro tipo de associações profissionais, como é o caso da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, que não sendo Ordem acaba por reflectir as mesmas limitações da OA.

Desta forma, nem a OA nem a APAP têm um papel de organização de trabalhadores e o seu papel legal é muito limitado face às respostas que urge obter, agravando-se pelos conflitos de interesse que existem entre os profissionais que representam. Por estas razões, não lhes é possível responder a todas as reivindicações do sector, particularmente aquelas que deram origem ao MTA.

E em que parte desse processo de construção do sindicato estão? Há muita adesão?

O nosso plano de ação prevê várias etapas e várias frentes de trabalho com um calendário traçado para um ano, ou seja, até ao início de 2022.

As medidas restritivas impostas pela pandemia tiveram um impacto significativo no desenvolvimento do plano para o ano de 2020 e continuam a ter no plano que temos montado. O objetivo central traçado será o de realizar uma série de reuniões e plenários, descentralizados; umas reuniões mais pequenas que sirvam de pontos de partida a uma aproximação local, tentando criar pontes um pouco por todo o país e outras maiores, com um objetivo de maior exposição pública, tentando chegar a mais gente.

A primeira etapa do plano pretendeu assinalar o segundo aniversário do MTA, em fevereiro deste ano, em três frentes: divulgação dos resultados do inquérito que lançámos o ano passado durante a primeira vaga da pandemia (com uma recepção bastante ampla nas redes sociais e em órgãos de comunicação social); reunimos com a ACT com o objectivo de sensibilizar os inspetores para a realidade do sector e estabelecendo um canal de comunicação direto com o MTA; e realizámos uma campanha de colagem de cartazes sobre direitos em teletrabalho em zonas de maior aglomeração de escritórios.

A segunda etapa consistiu na divulgação do objetivo de formar um sindicato a propósito da nossa participação nas manifestações do 1º de Maio. Juntaram-se às faixas, bandeiras e cartazes do MTA cerca de 50 pessoas nas ruas do Porto e pela primeira vez em Lisboa.

Estamos agora na terceira etapa do plano, centrada na região de Lisboa, onde já realizámos duas reuniões preparatórias - a primeira em Setúbal e a segunda em Lisboa, em que participaram cerca de 30 pessoas. Tínhamos previsto um grande plenário em Lisboa para o final de julho que tivemos de adiar pela evolução da pandemia, mas que está apontado para dia 9 outubro.

Estas reuniões terão o objetivo de chegar a um grande número de trabalhadores e discutir coletivamente a pertinência de “um sindicato para quê? um sindicato para quem? e como será o nosso sindicato”, o sindicato de todos os trabalhadores em arquitectura.

VILA FRANCA DE XIRA



USF vai estar de porta fechada mais de um mês.

Centro de Saúde sem funcionários para abrir a porta

Para além da falta de pessoal, a unidade de saúde denuncia que a vacinação veio trazer mais trabalho e isso reflete-se no funcionamento dos serviços.

De acordo com o semanário regional O Mirante, o centro de saúde lançou o alerta para a falta de profissionais de secretariado e administrativos, atribuindo a responsabilidade ao reforço de trabalho que tem sido exigido no centro de vacinação contra a covid-19.

A Unidade de Saúde Familiar (USF) Terras de Xira, de Vila Franca de Xira, tem apenas metade dos funcionários administrativos de que precisa ao serviço e, por isso, até final de agosto não consegue abrir a porta aos utentes na hora de expediente. A maioria

está a ser encaminhada para o Centro de Saúde da Póvoa de Santa Iria, cada vez mais sob pressão.

Rita Governo está há mais de uma semana com uma doença respiratória. Cumprindo o protocolo, contactou o SNS24 e foi enviada para uma estrutura local que acompanha estes casos. Descartada a covid-19, um médico informou-a de que iria ser contactada pela médica de família para reavaliar a medicação e passar a baixa. “Os dias foram passando e eu fui piorando sem que a médica me ligasse. Já tinham saído as notícias sobre o centro de saúde e não me valia de nada ir lá. Descobri o e-mail da minha médica de família e enviei uma mensagem a explicar a situação e recebi uma resposta automática de volta a dizer que dado o volume de mensagens o contacto podia não chegar em tempo útil mas afirmava também que se o assunto fosse uma baixa médica devia falar com o secretariado do centro de saúde”, explicou esta psicóloga de 32 anos à Voz do Operário.

Acontece que esta unidade continua fechada por falta de pessoal e tentou o contacto através do correio eletrónico do centro de saúde. Recebeu também uma resposta automática e percebeu que não iria conseguir falar com a médica nem tratar da baixa. Também tentou reagendar a vacina através de um contacto no whatsapp, referido na resposta automática. Quando escreveu para este número através deste serviço de mensagens, não queria acreditar. “Recebi uma mensagem automática a dizer que o serviço estava indisponível”. Só passados quatro dias recebeu uma chamada telefónica da médica de família.

Segundo o semanário regional O Mirante, em situação normal, este centro de saúde tem ao serviço oito administrativos, agora possui entre dois e quatro elementos, alertaram na última semana profissionais da USF vilafranquense. Esta USF tem dez balcões e dois postos de backoffice que servem 18.500 utentes inscritos.

A VOZ do corvo



O Estado das Artes

No quase meio século que Portugal viveu entre um 28 de Maio do século passado e o 25 de Abril deste ano e que se reparte, em igualdade de tempo, entre um regime ditatorial, corporativo e dirigista e um regime democrático, parlamentarista e liberal, muita coisa aconteceu no reino das Belas-Artes, fossem elas a Pintura a Escultura ou a Arquitetura.

Naquele primeiro tempo “uma política de espírito” imposta pelo governo e da polícia de “defesa do Estado” invadia exposições de Arte, apreendia obras e prendia artistas que “pintavam a terra e o povo”. Na Arquitetura tentava-se impor um “estilo nacional”, na defesa do património edificado coroavam-se de ameias novos castelos... A Pintura e a Escultura

espalhavam Reis, Santos e Heróis e Navegadores por toda as Obras Públicas que glorificavam o regime.

Era um privilégio dos muitos ricos comprar uma obra de Arte.

Havia, contudo, focos de sentido contrário e, a propósito aqui recorda a fundação, em 1956, da GRAVURA – Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses cuja atividade permitiu que muitos jovens casais de então pudessem ter em suas casas obras de Júlio Pomar, Pavia, Alice Jorge, Nikias Skapinakis, Bartolomeu Cid, Cipriano Dourado, Navarro Hogan e muitos outros de igual qualidade e significado.

A euforia que nos campos das Artes Visuais se seguiu à Revolução de 74 foi, infelizmente, sol de pouca duração com significado simbólico no fogo que consumiu, em Belém, uma obra coletiva acabada de fazer. A cor e a vibração dos murais que partidos de esquerda espalhavam por paredes de todo o país ou foram destruídos ou deles só restam em tristes apagamentos. Foi notável a produção de cartazes de carácter político que hoje são ciosamente recolhidos por alguns ou vão a caminho de museus. No campo da Arquitetura, o SAAL, talvez a mais imaginosa tentativa de resolver o problema da habitação para o maior número, finou-se por obra de terratenentes e políticos desinteressados.

Vem da primavera marcelista o vírus que hoje ataca as Belas-Artes portuguesas, quando bancos e grandes

banqueiros, a burguesia endinheirada e majestáticas companhias, em conluio com *merchants* e críticos de arte fazedores de opinião se lançaram a “coleccionar”. Fizeram-no com ânsias de arrebanhadores e conseguiram fazer passar a Arte de bem cultural para um valor mobiliário – cotada, garantia de empréstimos, instrumento de manigâncias financeiras.

No campo da arquitetura lia-se há bem pouco tempo em artigo publicado num semanário de grande divulgação “uma casa de milhões é uma questão justificada como ter um carro de... ou um quadro de...” (opinião justificada, acrescentamos nós, para obter crédito, não pagar e ganhar dinheiro à custa de outros)

Neste contexto nasceu um novo sentido de Arte que exige a si próprio ser colossal, bizarro, gritante e que tanto atrai a atenção de boçais comendadores como filas de novos-ricos à porta de um Palácio Nacional (cedido para o efeito) para admirar a estrutura de um gigantesco sapato decorado com tampos de painéis de alumínio ou mirar em qualquer muro ou empena degradada da cidade ferruginosos monstros de sucata, sugerindo geromórficas figuras.

E de tudo isto resulta que é cada vez maior o fosso que vai hoje da “produção” ao usufruto imediato e íntimo da Arte pelo maior número.

Francisco da Silva Dias

AMADORA

Nas ruas da Amadora, ninguém é estrangeiro



PS na câmara da Amadora foi responsável pela instalação de sistema de videovigilância.

“O melhor da Amadora são as pessoas” e “com as pessoas, pelo futuro” foram lemas de campanha do PS nas duas últimas eleições autárquicas. Mas a polémica reventou na Assembleia Municipal quando a oposição denunciou um outdoor da autarquia sobre a política securitária local com uma família branca e sorridente a promover a videovigilância: “Olhamos por si”. Distante da realidade de uma cidade heterogénea, frequentemente alvo de preconceitos raciais e xenófobos, o PS apresentou uma família nada heterogénea como exemplo de quem tem de ser protegido.

Nestas eleições, o partido que detém a presidência da Câmara Municipal desde 1997 volta a candidatar Carla Tavares, sucessora de Joaquim Raposo, para um último mandato. Já o PSD e o CDS-PP apostam em Suzana Garcia, figura que se popularizou na televisão pelo seu discurso de extrema-direita. A CDU lança o ex-presidente dos Bombeiros Voluntários da Amadora, António Borges, e o BE volta a candidatar a professora Deolinda Martin.

Todos diferentes, todos iguais

Da Rua Che Guevara à Estrada Salvador Allende, da Praça Hugo Chávez à Rua Álvaro Cunhal, cada pedaço da Amadora tem a sua história. A do candidato da CDU podia ser a

história da esmagadora maioria dos moradores da cidade. Filho de um mineiro alentejano, nasceu em Mértola e com apenas três anos chegou à Amadora acompanhado dos pais que fugiam ao desemprego e à fome. As sucessivas vagas de migrantes moldaram uma terra que passou de ser uma pequena vila a erguer-se como um dos pólos industriais mais importantes da região. A chegada de trabalhadores de várias regiões do país para alimentar as fábricas locais, primeiro, a vaga de retornados das ex-colónias, depois, e entrada de imigrantes de inúmeros países que protagonizaram a construção de habitações, auto-estradas, hospitais, escolas e estádios foi um desafio para o primeiro concelho criado depois da revolução de Abril.

A primeira força política à frente da autarquia foi a Aliança Povo Unido e depois a CDU, duas coligações encabeçadas pelos comunistas. Durante quase duas décadas, a estratégia passou por enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida da população de uma cidade cheia de barracas e com o maior bairro ilegal da Europa, a Brandoa.

A entrada na corrida eleitoral do discurso de extrema-direita que visa apontar o dedo aos que vêm de fora esconde este importante facto: quase todos na Amadora são filhos, netos ou bisnetos de migrantes. Mas a porta a esta narrativa racista e xenófoba já estava aberta. Tanto a CDU como o BE apontaram o dedo várias vezes a Carla

Tavares durante os últimos mandatos não só pelas políticas securitárias mas também pelo seu desprezo pelos bairros e por quem lá vive. Pelo silêncio da autarquia parece que não há incómodo com os sucessivos escândalos policiais, dos quais se destaca a condenação histórica de oito agentes da PSP por sequestro agravado de jovens da Cova da Moura, ofensas à integridade física qualificada, injúria, denúncia caluniosa e falso testemunho, um deles com prisão efetiva.

Outra das críticas da oposição ao PS é a destruição do prestígio cultural e desportivo construído durante décadas de políticas da CDU de apoio ao movimento associativo. A perda de importância do Festival Internacional de Banda Desenhada, a falta de preservação e exposição das obras do acervo municipal, o fim da tradicional Feira do Livro e a aposta em iniciativas mais mediáticas do que estruturais fizeram da Amadora cada vez mais um dormitório do que um pólo cultural. No plano desportivo, a construção de uma pista de ski serviu para alimentar o anedotário dos munícipes. Abriu uns meses e nunca mais se viu ali qualquer atividade. Em contraste, a recusa em remunicipalizar o Estádio José Gomes, histórica casa do Estrela da Amadora, foi, segundo a oposição, uma demonstração de falta de coragem.

Hoje, a Câmara Municipal da Amadora tem uma baixa execução orçamental e uma conta bancária que lhe permite ir para além das políticas paliativas do PS. Por exemplo, a Amadora e Oeiras, que gerem em conjunto os Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento (SIMAS) que abrangem os dois concelhos, têm milhões de receitas que acumulam ano após ano num serviço público que podia ser mais barato, como propôs a CDU na Assembleia Municipal.

Amadora, no olho do furacão mediático

A entrada na batalha eleitoral de candidatos que são escolhidos à direita tão somente pelo seu mediatismo em programas de televisão não é uma novidade mas contribui para que uns candidatos sejam mais conhecidos do que outros logo no começo da corrida eleitoral. É à procura dessa vantagem mediática que determinadas forças políticas enveredam por essa opção.

O grau de mediatização de Suzana Garcia permite-lhe não só ser a mais conhecida dos candidatos como aceder mais facilmente aos meios de comunicação para divulgar a sua candidatura. Com inúmeras figuras da televisão como apoiantes, a candidata “anti-sistema” e “anti-corrupção” pôde afirmar numa entrevista à SIC, sem contraditório, que o melhor autarca do país é Isaltino Morais, autarca de Oeiras que esteve encarcerado por corrupção. Na mesma transmissão, Suzana Garcia questionou por que havia alguém de votar no candidato do Chega quando a tem a ela.

AUTOEUROPA

Comissão de Trabalhadores doa portáteis para alunos

A doação de uma dezena de computadores ao projeto educativo Estudo Acompanhado, inserido no programa Nosso Bairro, Nossa Cidade, foi aprovada em reunião pública da Câmara Municipal de Setúbal.

O município de Setúbal aprovou a doação, feita pela Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa, de vários equipamentos informáticos destinados a apoiar o ensino de alunos do 1.º e 2.º ciclos, no âmbito do projeto

Estudo Acompanhado, do programa municipal Nosso Bairro, Nossa Cidade.

A doação consiste numa dezena de computadores portáteis, equipados com cadeados de segurança, no valor total de 6 mil e 985,17 euros, para os Espaços Nosso Bairro, Nossa Cidade, onde se desenvolve o projeto Estudo Acompanhado.

Os computadores foram entregues no sábado, dia 17,

durante o II Convívio dos Voluntários do Projeto Estudo Acompanhado, realizado no Parque Verde da Bela Vista.

O Estudo Acompanhado teve início em 2017, como resposta a uma necessidade demonstrada pelos moradores dos bairros abrangidos pelo programa municipal “Nosso Bairro, Nossa Cidade” e tem permitido apoiar e orientar dezenas de crianças do 1.º e 2.º ciclos, com o objetivo de melhorar o sucesso escolar.

SAÚDE

Vacinação revela-se eficaz no combate à covid-19



Até ao dia 11 de Julho, apenas 0,002% dos completamente vacinados tinham sido hospitalizados.

Durante a reunião no Infarmed realizada a 27 de julho, a Direção-Geral da Saúde (DGS) revelou que, nas unidades de cuidados intensivos, apenas 5% dos internados tinham a vacinação completa. Para além disso, duas em cada 100 pessoas internadas com covid-19, entre 28 de junho e 4 de julho, já estavam completamente vacinadas contra a doença. O diretor dos Serviços de Informação e Análise da DGS, André Peralta Santos, em análise dos dados, explicou que no internamento geral nessa mesma semana, 68% dos doentes ainda não tinham iniciado a vacinação contra a covid-19 e que 30% tinham a vacinação incompleta.

No caso da vacinação incompleta, a DGS inclui também não só os indivíduos que só receberam uma dose contra a covid-19 mas também aqueles que tinham sido imunizados com a segunda dose há menos de duas semanas. As autoridades de saúde entendem que só ao fim de 14 dias é que o organismo terá desenvolvido a resposta imunitária à vacina.

Outro dado importante revela a proteção dos maiores de 80 anos. Duas doses da vacina reduzem em 85% o risco de hospitalização desta camada da população, revelou Ausenda Machado, do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Apenas uma dose já oferece uma proteção significativa, reduzindo em 62,5% os internamentos nesta faixa etária.

Já entre os 65 e os 79 anos os resultados também são animadores. Segundo Ausenda Machado, uma dose reduz os internamentos nestas idades em 59,1%. Ainda não existem dados relativos ao esquema completo de vacinação porque, como explicou a especialista, durante o período analisado não havia, nessa condição, pessoas hospitalizadas suficientes para a amostra.

Farmacêuticas aumentam preços das vacinas

As farmacêuticas Pfizer e Moderna aumentaram os preços de sua vacina contra a covid-19 através de um acordo com a União Europeia, segundo revelou neste domingo o jornal britânico Financial Times, que teve acesso ao contrato. O preço da vacina da Pfizer aumentou de 15,50 euros para 19,50 euros a unidade e a da Moderna, de 19 para 21,50 euros, segundo o jornal financeiro britânico.

Tal operação ocorre em pleno aumento de casos na Europa devido à variante Delta, contra a qual as vacinas das americanas Pfizer e Moderna aparentam ser mais eficazes para evitar formas graves da doença, de acordo com os primeiros estudos feitos.

Contactada pela AFP, a Comissão Europeia não quis fazer declarações após esta revelação, sendo que as farmacêuticas, para já, também não reagiram.

Bruxelas opôs-se desde o início a revelar o preço dos seus pedidos das vacinas, embora, em dezembro, um ministro belga tenha revelado, no Twitter, um relatório que indicava o preço prometido por cada unidade pela UE: 1,78 euros para a vacina da AstraZeneca e 15,17 euros para a da Moderna. O mesmo post foi posteriormente apagado.

Em maio, a UE fechou um novo contrato com a Pfizer/BioNTech para comprar 1,8 mil milhões de doses da sua vacina da covid-19 até 2023, mas não informou o preço.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou em julho que alcançou o seu objetivo de possuir o número de doses suficiente para vacinar 70% dos europeus adultos (336 milhões de pessoas).

O programa de compra conjunta de vacinas dos países europeus comprou 330 milhões de doses da vacina da Pfizer, 100 milhões da AstraZeneca, 50 milhões da Moderna e 20 milhões da Johnson & Johnson.

A VOZ dos livros



Último Caderno de Lanzarote, de José Saramago

“Não nasci para isto, mas isto foi-me dado.”

Em tempo de férias, proponho-vos a estimulante (re)leitura do derradeiro caderno de memórias de José Saramago.

O último volume, o 6.º, dos diários de José Saramago, encontrado ao acaso num disco rígido de um dos seus computadores, nessa busca que Pilar del Rio tem vindo a fazer pelas pérolas das palavras do maior escritor português contemporâneo, tem um amplo significado histórico e cultural dado que todo o caderno percorre o ano mágico de Saramago e, por substantivo acréscimo, o da Literatura escrita e imaginada em português: a atribuição do Nobel, em 1998.

Neste volume vamos encontrar, uma vez mais, e desta feita com um rigor analítico acutilante, as preocupações sociais, políticas e culturais do autor de *Levantado do Chão*, a que se juntam discursos demolidores sobre o capitalismo e a forma como esse sistema vem tratando os direitos humanos, os povos e os trabalhadores deste nosso planeta. Textos que, na conjuntura que vivemos, permanecem como esteios de uma verdade incontornável, de uma actualidade que dói de tão inalterável ao longo de 20 anos; textos que nos convocam para a urgência de uma luta mais séria e empenhada que, também neste domínio, é preciso prosseguir. Nestes textos/denúncia cabem os genocídios de Chiapas, a manança de Acteal, essa vergonha humana em que os «índios são tratados como animais incómodos. E a multinacional Nestlé aguarda com impaciência que o assunto se resolva: o café e o cacau estão à espera...»(p.74). Cabem igualmente, nestas dissertações de Saramago, os índios do Brasil, da Guatemala, da Colômbia, do Peru e o sistemático genocídio de que são vítimas, porque o neoliberalismo inventou «o que não existe na natureza, a crueldade, a tortura, o desprezo.» Também sobre Portugal e essa jangada que se juntou, à deriva, não rumo ao sul, como a *Pedra* de Saramago metaforicamente imaginara, mas a uma Europa dos ricos onde «Um país inferior economicamente e politicamente subalterno [...], sempre haverá de correr maiores e mais graves riscos que outros seus “parceiros” bafejados pela História, pela Geografia e pela Fortuna».

Memórias e vivências de um escritor maior, que afirmava: *Bem vistas as coisas, sou só a memória que tenho, e essa é a única história que quero contar.*

Último caderno de Lanzarote. O diário do ano do Nobel – Porto Editora/2018

Domingos Lobo

DESPORTO



O cartão tem o custo de 20€, tem como função permitir a entrada numa zona com condições especiais de acesso e permanência de adeptos.

Cartão do adepto vai aumentar repressão

O futebol é por todos reconhecido, sem margem para dúvidas, como a modalidade que mais adeptos atrai em Portugal. Talvez por esse facto, constatamos que é também aquela que mais problemas representa na esfera sócio-desportiva nacional. Por consequência desse fenómeno vemos que, ao longo de várias décadas, com maior incidência a partir do início do novo milénio, a violência associada a eventos desportivos tem sido tratada no palco político como um problema que urge ser combatido.

João Lobo, Vice presidente da Associação Portuguesa de Defesa do Adepto

Em Setembro de 2019, em mais um pacote legislativo de combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, resultante da alteração à Lei n.º 39/2009, fomos brindados oficialmente com uma nova figura, o “cartão de acesso a zona com condições especiais de acesso e permanência de adeptos”, agora conhecido como o cartão do adepto. Penso que é importante referir que em outubro de 2018, 15 dias antes da apresentação da proposta de lei n.º 153/XIII, que anuncia o cartão, é publicado em Diário da República o Decreto que cria a Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto, a qual viria a ser responsável, entre outras coisas, pela emissão e gestão do cartão do adepto.

O cartão do adepto tem o custo de 20€, é exclusivamente para adeptos maiores de 16 anos, e tem como única função permitir aos seus proprietários a entrada numa zona com condições especiais de acesso e permanência de adeptos (ZCEAP). É fundamental informar que esta zona será isolada e, por isso, terá de garantir uma série de condições como entrada, wc e bar próprios.

Até agora pode parecer normal mas, quem já teve oportunidade de refletir e informar-se melhor sobre o tema sabe que é só aparência! Este cartão é estéril na sua missão, nunca será um pedaço de papel a alterar a natureza das pessoas. Vai aumentar a pressão e a repressão sobre os adeptos, ao mesmo tempo que cria uma imagem perigosa dos adeptos “maus” (que estão enjaulados) e os adeptos “bons”. Ao invés de procurarmos encontrar medidas que aproximem os adeptos das boas práticas, a par do que se promove por toda a Europa, vemos o governo português na sua prática contínua de marginalizar, indiscriminadamente, os adeptos. Será aceitável cortar a liberdade a uma maioria para tentar controlar uma minoria?

Desengane-se quem pensa que esta medida só irá afectar as claqueas, sendo certo que, em muitos jogos, quem não aceitar ser catalogado na lista dos adeptos pseudo perigosos, não terá forma de acompanhar a sua equipa num jogo fora de portas. Simplesmente existem estádios que não vão ter sectores visitantes para adeptos que não sejam portadores do “cartão da censura”.

Este cartão é uma cópia da Tessera del tifoso, uma medida que se revelou incapaz de acabar com a violência, além de afetar negativamente o próprio futebol italiano e, por isso mesmo, a sua existência foi posta

em causa, acabando por ser traçado o seu fim. Espanta-nos como é possível importar uma medida de outro país em função do seu propósito, mas não se têm em atenção os impactos que a própria teve no local de origem. Por outras palavras, é no mínimo ridículo pegar numa medida com 10 anos e não ver como ela funcionou, ou se sequer funcionou!

A Associação Portuguesa de Defesa do Adepto (APDA) tem vindo a combater esta lei a partir do momento em que ela foi proposta, no final de 2018. Desde logo marcamos uma manifestação em frente à Assembleia da República, enviamos comunicações aos partidos presentes no parlamento, estivemos presentes na Audição Pública com o grupo de trabalho parlamentar responsável pelo tema, fomos incansáveis a informar a comunidade portuguesa de adeptos sobre o cartão, unimos grupos de adeptos em protestos dentro e fora dos estádios, participamos em dois fóruns de discussão onde esteve presente um número bastante considerável de grupos de adeptos, organizamos conversas abertas em vários pontos do país. Por fim, em seguimento da nossa estratégia, lançamos uma intimação em tribunal, seguida de uma providência cautelar e devido recurso. Preparamos neste momento a ação judicial ao mesmo tempo que lançamos uma Petição Pública para tentar reverter o cartão do adepto na Assembleia da República.

Perante a confirmação do regresso dos adeptos aos estádios, estamos apreensivos com as medidas que o vão reger. Percebemos que, pelo bem do futebol, num período sensível para a saúde pública existam algumas mecânicas que sirvam o propósito da prevenção. Contudo, é nossa esperança que seja uma realidade temporária e que, assim que se mostre possível, as nossas bancadas sejam o espaço de liberdade que todos anseiam.

Nunca, até agora, tinha sido vista uma ação semelhante por parte dos adeptos portugueses. Deste modo renovamos a esperança e temos expectativas que este exemplo sirva de ignição para o crescimento de uma intervenção objectiva dos adeptos, na construção de um futuro melhor para as nossas bancadas.

CUBA



Manifestação de solidariedade com Cuba, em Lisboa.

Cuba: campanha mediática acorda o fantasma da crise social

Os protestos de Julho em Cuba foram inéditos, alimentados por uma campanha mediática internacional que aproveitou o descontentamento com a pandemia e a escassez, fruto de 60 anos de bloqueio

Raquel Ribeiro

Há vários meses que se vinham juntando em Cuba os elementos que culminaram na “tempestade perfeita” dos protestos de 11 de Julho (11J), em que centenas de cubanos saíram à rua em várias cidades do país. A economia, estrangulada pelo bloqueio dos EUA há 60 anos e dependente do turismo, assistiu a uma contração do PIB em 11% em 2020, com a paralisação das viagens devido à Covid-19. Cuba vive também a pior conjuntura de sanções desde os anos 90, impostas por Donald Trump, com a suspensão de voos dos EUA e o bloqueio de envios de remessas de familiares.

Em Janeiro, o governo de Diaz-Canel deu início a um novo plano económico que pôs fim às duas moedas e o aumento dos salários. Mas a falta de entrada de capital, bloqueada pelo embargo e a conjuntura pandémica, aliada à impossibilidade de adquirir matérias-primas, medicamentos e comida, levou a um desabastecimento significativo. Imagens de cubanos em grandes filas, prateleiras vazias, escassez de produtos básicos, apagões eléctricos e transportes afetados por falta de gasolina (devido às sanções à

Venezuela) acordaram o velho fantasma do Período Especial, a pior crise de que a ilha tem memória desde o fim da URSS.

Cuba parecia ter a situação pandémica controlada: baixa incidência e poucas mortes, comparando com vizinhos latino-americanos. O país, que tem uma indústria farmacêutica substancial, desenvolveu ainda, apesar da escassez de matérias-primas, cinco projectos de vacinas contra a Covid-19, duas delas já aprovadas com sucesso. Mas o processo de vacinação não tem sido célere por falta de seringas (também devido ao bloqueio). E deu-se um agravamento da pandemia com a variante Delta, sobretudo na região de Matanzas.

Estes elementos são comuns a países com economias dependentes de fluxos turísticos e assolados por ano e meio de pandemia, e que têm assistido a protestos, mais ou menos violentos. Mas, ou não estivéssemos a falar de Cuba, aqui às “tempestades” características do Caribe, há que se juntar mais duas: o bloqueio dos EUA e a nova campanha internacional.

Campanha mediática

O 11J foi, segundo analistas, um “alárido”, um “protesto”, um “golpe bran-

do”, uma “manifestação espontânea”. Cuba não via tão grande comoção social desde o Maleconazo, em plena crise de 1994, que levou centenas às ruas de Havana, e que deu início a uma onda migratória balsa para os EUA. Na altura, Fidel Castro foi à rua falar com a população e acalmar os ânimos. Precisamente como fez Diaz-Canel, em San Antonio de los Baños, onde se deram os primeiros protestos.

Mas uma “manifestação espontânea” não acontece em simultâneo em várias províncias do país à mesma hora. Dias antes, as etiquetas #SOSMatanzas e #SOSCuba começaram a circular nas redes (Twitter e Facebook), com vídeos mostrando o suposto caos no hospital de Matanzas. Petições contra o governo e pela urgência de se abrir um “corredor humanitário” para a ilha foram partilhadas por influencers, músicos e artistas cubano-americanos.

O governo cubano e analistas de dados do Twitter desmontaram o ardil, explicando, à semelhança do que acontecera com o golpe na Bolívia que destituiu Evo Morales (2019), como a etiqueta #SOSCuba viralizou nas redes na madrugada de dia 10 com milhares de contas falsas criadas horas antes, que

apenas repartilhavam o mesmo tweet provocando o movimento artificial do algoritmo.

Inúmeras reflexões se têm escrito nas últimas semanas em Cuba. Revistas, editoriais, murais de facebook, fios no twitter. Umhas próximas de agendas reacionárias da Florida, outras comprometidas com a revolução; de anónimos com vontade de se expressar, ou de intelectuais e artistas famosos. Para um país de que normalmente se diz que não há liberdade de expressão, nem debate ou participação política ativa, estas análises só têm servido para o desmentir.

O diretor da Revista Temas, Rafael Hernández, explica que “não houve antes um momento como este em termos de liberdade para criticar o governo, nas redes sociais, mas também nos meios públicos, nem para aceder a informação de fontes muito diversas, incluindo as da oposição”.

Projeto de futuro

Na Alma Mater, revista da Universidade de Havana, jovens universitários publicaram uma das mais complexas leituras do 11J: “Não há nada de casual nem na campanha mediática que antecedeu, nem na simultaneidade dos protestos. (...) Os operadores da reação conseguiram ativar politicamente uma massa considerável de cidadãos de diferentes localidades. E conseguiram ativá-los naturalmente sob a sua própria agenda reacionária”, diz Iramis Rosique.

O editorial da revista digital Tizza, dirigida por jovens comunistas, explica a orquestração: “Os que saíram em protesto contra o Estado e o socialismo em Cuba eram povo. (...) [Mas] este sector mais marginalizado do povo foi ativado por uma agenda política da contra-revolução. Esta soube catalisar o seu mal-estar e projetar o seu desejo como desejo capitalista.”

O 11J não foi “um confronto entre Estado e povo, mas um confronto entre projectos distintos de futuro”, diz Ernesto Teuma. É a revolução enquanto projeto de futuro que sublinha o editorial da Tizza, advertindo aqueles que veem hoje em Cuba uma espécie de Báltico, Berlim ou Praga. Dois projectos se confrontaram no 11J: um que “que se rendeu à agenda dos que sempre pretenderam fazê-los render por fome e necessidade (...) e que estão dispostos a renunciar à soberania e ao socialismo”; e outro que não está disposto a renunciar “nem ao projeto revolucionário que construiu durante gerações, nem à legalidade da Constituição socialista que votaram democraticamente, nem na sociedade emancipada que imaginam no seu futuro”.

LITERATURA

Paisagem e Povoamento, 100 anos de Carlos de Oliveira



Jorge Carvalho

Carlos de Oliveira nasceu há 100 anos, a 10 de Agosto de 1921, em Belém do Pará. Cresceu na Gândara, desde os dois anos, e aos onze foi estudar para Coimbra. É ainda nessa década de 1930 que vai encontrar os amigos e o seu Mestre, Afonso Duarte, que o acompanharão numa longa jornada de literatura, e descobrir as tragédias que abalam o mundo (e a sua aldeia de Corgos).

A obra literária de Carlos de Oliveira não é extensa. Mário Dionísio dizia, com graça, que ocupava “pouco mais de um palmo de estante”. Entre romance e poesia, essa curta obra é suficiente para descobrir o que nos quis deixar em cada palavra escolhida, em cada pedaço interior. Dentro de cada livro há um trabalho quase obsessi-

vo, um depuramento permanente de frases e versos (um ofício de escrita). Todo o excesso de palavras, o ruído que distrai, desaparece, restando apenas uma simplicidade rara que, num instante, nos mostra uma paisagem inescapável.

Todo este universo do ofício da escrita foi muito bem explorado por Osvaldo Silvestre, numa exposição no Museu do Neo-Realismo, em 2017, à qual o curador chamou “*a parte submersa do iceberg*”. A expressão, retirada do texto “O Iceberg”, foi usada pelo próprio Carlos de Oliveira para se descrever como um escritor sem biografia, tal como o foi “todo o escritor português marginalizado”. Com o objetivo de revelar essa biografia quase clandestina, reprimida, marginalizada de Carlos de Oliveira, “*a parte submersa do iceberg*” teve o mérito de trazer à tona detalhes que iluminam a nossa compreensão

de uma obra delicada. Osvaldo Silvestre conduziu-nos nos interstícios da vida e obra daquele que é um dos grandes escritores do séc. XX. Desde as suas próprias obsessões literárias, semeadas por toda a obra, mas com particular destaque em *O Aprendiz de Feiticeiro* (a bússola para o mapa do autor), ao desvelar da intimidade das palavras escolhidas, aquela exposição mostrou-nos a biografia possível, tangível e intangível. Toda essa beleza parte, em primeiro lugar, de uma imensa ternura.

Em Carlos de Oliveira a ternura é sentida na delicadeza das descrições, na ausência de paternalismo, num otimismo latente, tão acompanhado pelo majestoso *Sim!* de Fernando Namora. É uma ternura que viaja por toda a obra, deixando-nos uma pista biográfica sobre a conceção que o autor tem das várias dinâmicas da vida. Tome-se como exemplo a recusa em atribuir à mulher um papel subalterno. Em Carlos de Oliveira, a mulher assume um papel emancipado e emancipador. Se em *Uma Abelha na Chuva* esse papel é confrontado com as circunstâncias da época, em *Finisterra* ele respira outra paisagem, tornando-se mais explícito. Mesmo em *O Aprendiz de Feiticeiro* (regressamos à bússola), a sua mulher, Ângela, não nos aparece como um adereço. Oliveira revela-nos isso com naturalidade, como na pergunta que ela lhe dirige numa viagem acelerada de carro: “Sabes, um suicídio a dois só com o acordo de ambos e tu não me perguntaste nada, pois não?” Não é uma pergunta vã, é retórica assertiva sobre relações de poder, que ele reconhece como princípio.

Não deixemos, por isso, que a nuvem estética de Carlos de Oliveira nos impeça de ver os objetivos do seu pensamento, esse permanente caminho onde semeia a ternura, de onde nasce a esperança e a vontade da transformação. Sem nunca esquecer o materialismo, ele vai descrever-nos uma realidade de exploração que se afirma na boçalidade de personagens rancorosas. Mas em momento algum nos deixa entregues à inevitabilidade. Em Carlos de Oliveira nada é fatalismo, tudo é horizonte.

Não será fácil encontrar um escritor que tenha trabalhado tanto no seu ofício, não por vaidade da frase, mas por simplicidade. E talvez seja tudo isto que faz de Carlos de Oliveira (que seja, arrisco!) o mais brilhante escritor do século XX.

Sugestões culturais

A Sangrada Família

Sandro William Junqueira



O mais recente romance do escritor nascido na antiga Rodésia chega, pela chancela da Caminho: “A família é um convite à doce burrice. À perda de memória. À engorda da hipocrisia. Se fossem ditas todas as palavras sem filtros e organizadas num livro de contabilidade todas as ações e vontades, a maioria das famílias Não ficaria de pé.”

Antiprinçasas: Carolina Beatriz Ângelo

Teatro São Luiz



Cláudia Gaiolas apresenta uma peça dedicada à médica e feminista portuguesa, que foi a primeira mulher a votar no país (1911). A lei afirmava que só podiam votar cidadãos maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família. Por ser viúva e ter de sustentar a sua filha, invocou em tribunal o direito de ser considerada “chefe de família”. Entrada Livre.

Destemporada

CCB



Segue a programação de cinema ao ar livre em Belém: Shine a Light (2008) de Martin Scorsese - 13 ago; Amazing Grace (2018) de Sidney Pollack e Alan Elliott - 8 ago; Shut Up and Play the Hits: O Fim dos LCD Soundsystem (2012) de Dylan Southern & Will Lovelace - 20 ago; The Last Waltz (1978) de Martin Scorsese - 27 ago. Os filmes começam às 21h30.

Tudo o que eu quero

Artistas Portuguesas de 1900 a 2020



A visitar até 23 de agosto, na Fundação Calouste Gulbenkian, a grande exposição que reúne duas centenas de obras de 40 artistas portuguesas, produzidas entre o início do século XX e o presente, onde podem ser vistas Maria Helena Vieira da Silva, Lourdes Castro, Paula Rego, Ana Vieira, Helena Almeida, Grada Kilomba, entre muitas outras.

TRANSPORTES



Juntos PS/PSD/CDS encerraram 1200 quilómetros de ferrovia em Portugal.

Apostar na ferrovia não pode ser uma moda

Os partidos da política de direita (para quem anda mais distraído, são o PS, o PSD e o CDS) desenvolvem no governo uma política no essencial continua desde 1976, e marcada pelo processo de reconstrução do capitalismo monopolista em Portugal e submissão aos ditames da União Europeia.

Manuel Gouveia

Uma das vítimas desse processo foi a ferrovia nacional, apesar da extraordinária capacidade de resistência dos trabalhadores e dos utentes. Mas, dir-me-ão, agora já não é assim, e a ferrovia é a grande aposta deste governo. Sim, quem ouve falar o Governo nos últimos 6 anos pensa seguramente que vivemos num gigantesco estaleiro nacional, onde se multiplicam os investimentos na ferrovia e as fábricas de comboios.

Os planos sucedem-se, o Portugal 2020, o PNI 2030, o Plano Costa e Silva, o PRR, o Plano Nacional Ferroviário (nestes 6 anos, nos anos imediatamente anteriores tínhamos tido o PET, o PETI, o PETI 3+), cada um anunciado com pompa e circunstância, com consultas públicas, anúncios de centenas de milhões, múltiplas conferências de imprensa e saudações de vitória dos autarcas, municípios e regiões abrangidos pela satisfação de alguma antiga reivindicação. Planos que se sucedem uns aos outros com miseráveis taxas de execução, criando excedentes orçamentais para ajudar a reduzir o défice, e uma pilha de problemas e de atrasos que se vão empurrando com a barriga e com mais promessas.

Um exemplo aqui às portas de Lisboa é a Linha do

Oeste. Façam uma breve consulta na net e verão a quantidade de notícias geradas ao longo dos últimos anos. De cada vez que integrava um plano, de cada vez que avançava uma das várias fases do processo (decisão, lançamento do concurso, adjudicação, início e conclusão da obra)... do troço 1, reiniciando-se a dança para o troço 2 ficando a faltar os troços 3 e 4. Tenho a certeza que muitos leitores estarão convencidos que a electrificação já chegou à Figueira, ou está lá perto, quando na realidade chegou apenas... a Meleças. Em resultado disto, a linha continua sem comboios, sem horários dignos, sem electrificação, e claro, quase sem passageiros.

Outro exemplo é a Linha de Cascais. De cada vez que há eleições surgem as promessas. Depois destas, o cancelamento das promessas. Faz já 11 anos que foi cancelado o concurso para a modernização da Linha de Cascais, e nessa altura já os comboios estavam velhos. O inenarrável Carreiras até já defendeu que a Linha fosse arrancada para a substituir por um eléctrico dito rápido (mas mais lento e menor que o comboio). O Governo anunciou agora a compra de 34 comboios para Cascais, usando palavras que só podem ter soado conhecidas aos ouvidos de quem acompanha as questões da ferrovia: «o maior investimento de sempre da CP em material circulante». E

por uma razão, foi assim que foi apresentado por Ana Paula Vitorino o pacote de 2009, que também incluía a aquisição de comboios para Cascais... e foi cancelado depois das eleições legislativas desse ano.

Aliás, outra vertente onde a distância é quilométrica entre as palavras e os actos é na questão da construção de material circulante. É verdade que nestes seis anos voltámos a ouvir falar na construção de material circulante em Portugal. Mas os únicos dois concursos lançados nestes seis anos, para 14 unidades triplas para o Metro (7 comboios) e 22 comboios regionais para a CP foram lançados sem incluir essa condição, e numa forma (pequenas aquisições esporádicas) que dificulta qualquer possibilidade realista de alavancar a recuperação desta valência do nosso aparelho produtivo. E acabaram os dois concursos por ser ganhos por uma empresa Suíça que os vai construir em Espanha (onde a incorporação nacional é condição para se aspirar a ganhar qualquer encomenda).

É que este Governo tem como principal, extraordinária e, muitas vezes, única qualidade, o facto de não ser o anterior governo PSD/CDS. Isso reflecte-se na ferrovia, por exemplo, no facto do anterior governo PSD/CDS ter afirmado nos tais planos que o transporte ferroviário de passageiros não era sequer importante, excluindo-o completamente dos investimentos, e este governo, pelo contrário, reconhecer a importância crescente do transporte público ferroviário.

Se juntos PS/PSD/CDS encerraram 1200 quilómetros de ferrovia em Portugal, encerraram a Sorefame, pulverizaram a CP e liquidaram essa valência do Aparelho Produtivo nacional, o facto de nos últimos 6 anos se ter parado com essa destruição pode criar uma ideia de profundo contraste. Mas estamos longe da ruptura que se exige, da efectiva inversão do caminho percorrido. A única reversão significativa – e com resultados positivos que ninguém contesta – foi a reintegração da EMEF na CP. Mas ainda esta semana vimos o MIH dizer que também defende o fim da estúpida unificação da REFER e das Estradas de Portugal na IP, para, na mesma entrevista, acabar a explicar porque não o vai fazer, apresentando uma daquelas justificações que só enganam quem quer ser enganado, e no fundo, mantendo o caminho de destruição de ambas as empresas.

Porque o problema é mesmo de fundo. O Governo celebrou o Ano Europeu do Transporte Ferroviário, mas essa comemoração destina-se a assinalar a entrada em vigor do quarto pacote ferroviário europeu, celebrando a sua submissão ao processo que materializa o projecto neoliberal e neocolonial da UE: onde os países «como Portugal» se endividam para investir em infraestruturas que depois colocam ao serviço dos «utentes» dessas infraestruturas (as multinacionais) que depois vendem serviços aos novos «clientes» (os antigos utentes do serviço público).

Ora pode-se anunciar um belo arroz de marisco, mas se os ingredientes são umas salsichas, chucrute e pretzel, não se pode ficar surpreendido por sair um prato típico alemão. É assim que as mercadorias na ferrovia portuguesa são já asseguradas por uma multinacional Suíça, e a empresa ferroviária pública alemã, a DB, que já detém 30% da Barraqueiro, se prepara para assegurar a ligação em alta velocidade entre Braga e Faro substituindo a CP, e retirando-lhe o serviço mais rentável, o que obrigará o Estado a colocar mais 65 milhões anuais no financiamento da oferta regional.